



## O trabalho de catadores associados: imbricamento entre precarização e autogestão

*The work of associated scavengers: imbrication between precariousness and self-management*

**Diego de Oliveira SOUZA\***

 <https://orcid.org/0000-0002-1103-5474>

**Ingrid Louise Vieira Vera CRUZ\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-5569-683X>

**Lucas Barros dos SANTOS\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-4719-598X>

**Resumo:** O objeto desta pesquisa consiste no trabalho de catadores, especialmente apreendido por meio da recente configuração coletiva, em associações. O objetivo é analisar as possibilidades e os limites do trabalho de catadores associados, no que diz respeito à efetivação da autogestão e transformação das condições de trabalho e vida. Na primeira parte, realiza-se um estudo teórico, porquanto se apresentam os fundamentos que sustentam a crítica marxista à atual forma de trabalho associado, tendo como exemplo as associações de catadores. Na segunda etapa, analisam-se alguns dados empíricos sobre uma associação. Realiza-se a triangulação de três etapas de coleta de dados junto à associação: entrevistas, grupo focal e relato de atividades de extensão. Constatou-se que a atividade de catação constitui uma alternativa ao desemprego e que, embora produza contingências para a sobrevivência, desenvolve-se imbricada à precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Associação. Autogestão. Catadores. Precarização. Trabalho.

**Abstract:** The object of this research is the work of scavengers, especially in their recent collective form, through associations, and what determines the effectiveness of their self-management and the transformation of living and working conditions. It analyzes the opportunities and limits of the work of associated scavengers. In the first part, we carry out a theoretical study, and present the foundations that support the Marxist critique of the current form of associated work, one example of which is the scavengers' associations. In the second part, we analyze empirical data regarding an association. We carry out the triangulation of three stages of data collection from the association: interviews, focus group and report of extension activities. We found that waste picking activities were an alternative to unemployment and that, although it produced contingencies for survival, it developed imbricated with precariousness.

\* Enfermeiro. Doutor em Serviço Social. Professor no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e na graduação em Enfermagem Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*. (Ufal, Arapiraca, Brasil). Av. Manoel Severino Barbosa, s/n, bairro Bom Sucesso, Arapiraca (AL), CEP: 57309-005. E-mail: [diego.souza@arapiraca.ufal.br](mailto:diego.souza@arapiraca.ufal.br).

\*\* Enfermeira. Especialista em Saúde e Meio Ambiente. Professora do Escola Grau Técnico. (GrauT, Arapiraca, Brasil). R. Mal. Deodoro da Fonseca, 251, Centro, Arapiraca (AL), CEP: 57301-185. E-mail: [ingridvacruz@hotmail.com](mailto:ingridvacruz@hotmail.com).

\*\*\* Enfermeiro. Enfermeiro na Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Ipanema. (SMS, Santana do Ipanema, Brasil). Rua Professor Aloísio Ernandes Brandão, Camuxinga, Santana do Ipanema (AL), CEP.: 57500-000. E-mail: [lucas\\_barros55@hotmail.com](mailto:lucas_barros55@hotmail.com).



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**Keywords:** Association. Self-management. Collectors. Precariousness. Work.

Submetido em: 13/11/2021. Revisado em: 16/2/2022. Aceito em: 3/3/2022.

## Introdução

Os trabalhadores que atuam na catação de resíduos sólidos, em geral, estão imersos num contexto de pauperismo, em meio aos problemas sociais que lhes são típicos, desde a fome até a falta de acesso aos serviços sociais públicos (PINHEL, 2013; DAGNINO; JOHANSEN, 2017; BOSI, 2018). No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos aponta a criação de cooperativas e associações como um caminho para a inclusão desses trabalhadores no mercado de trabalho, quando se busca a ampliação da proteção social e a formalização das relações implicadas, inclusive para acesso aos serviços sociais garantidos para os demais cidadãos, mas que, para os catadores, foram historicamente negados (BRASIL, 2010).

Com efeito, a catação pode ser realizada individualmente ou de forma associada, ser restrita a um tipo de material (reciclável ou não), como papel/papelão, vasilhames e sucata, ou ainda, ser realizada em lixões. Nesta última condição comparece na Política Nacional de Resíduos Sólidos como prática que deve ser extinta (BRASIL, 2010). A atividade foi reconhecida como categoria profissional pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL, 2020), ratificando os esforços recentes no sentido de garantir alguma cidadania a esses trabalhadores. Contudo, tem-se constatado que, mesmo assim, esse tipo de trabalho permanece penoso e gerador de doenças, muitas vezes mistificado pela ideia de inclusão social (SOUZA; VERA CRUZ, 2019; SOUZA; SANTOS, 2020).

A sociedade, pouco a pouco, diante do desafio de lidar com o problema do lixo e, ao mesmo tempo, da desigualdade social, encontra suas maneiras de *normalizar* e *formalizar* a condição da catação de resíduos, ignorando e mistificando suas raízes mais profundas. Nesse contexto, apresenta-se a presente pesquisa com o objetivo de analisar as possibilidades e limites do trabalho da catação realizado via associação, no que diz respeito à efetivação da autogestão e transformação das condições de trabalho e vida, confrontando-o com o horizonte de trabalho associado/emancipado na perspectiva marxiana.

A pesquisa gira em torno das seguintes questões: o atual formato de associativismo é uma via de efetivação da autogestão (no sentido do trabalho associado consoante Marx)? Como modelo de autogestão, o trabalho associado de catadores é capaz de romper com o controle do capital e transformar, de forma substantiva, as condições de vida e trabalho?

Para tanto, a pesquisa possui duas etapas. A primeira etapa possui caráter teórico, quando se investiga um escopo bibliográfico que, em síntese, exerce a crítica marxista às atuais formas de associativismo, evocando a categoria trabalho de Karl Marx e alguns argumentos da sociologia do trabalho marxista, e se desenvolve a crítica ao que ficou conhecido como economia solidária. A segunda etapa assume a forma de pesquisa de campo, no intuito de fazer a mediação entre o universal-particular-singular do objeto estudado. Assim, apresentam-se dados de uma associação de resíduos sólidos, localizada no Arapiraca, estado de Alagoas, Brasil. Tais dados são analisados à luz do marxismo, dialogando com a premissa sustentada na primeira parte da pesquisa.

## Para a crítica do atual associativismo

Como ponto de partida, considera-se o trabalho enquanto categoria que permite mediar a relação entre objetividade e subjetividade, uma vez que é a partir dele que o ser humano transforma o mundo e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo (MARX, 1988a; LUKÁCS, 2013). Além disso, toma-se o trabalho não só em seu caráter ontológico (enquanto atividade fundante do ser social, em qualquer forma de sociabilidade), mas no seu caráter particular, em face do capitalismo. Isso implica compreender como ocorre a exploração em face do trabalho, no modo de produção capitalista, na medida em que ele se organiza em torno da forma mercadoria.

A partir da transformação da força de trabalho em mercadoria (o que pressupõe a separação da sociedade em duas classes fundamentais: proprietários dos meios de produção e aqueles que nada têm a vender a não ser a si mesmos, ainda que por período/jornada delimitado/a), forja-se um processo contínuo de produção/reprodução ampliada do capital e, com isso, a mercantilização de todas as esferas da vida (MARX, 1988a).

Enquanto o trabalho em geral está consignado ao atendimento das necessidades humanas (logo, à produção do valor de uso), o trabalho assalariado, forma particular de trabalho do capitalismo, ocorre pela subsunção das necessidades humanas às necessidades do mercado (portanto, subsunção do valor de uso ao valor de troca). É preciso ressaltar que as necessidades do mercado expressam as necessidades dos proprietários dos meios de produção e constituem um ciclo complexo de produção, circulação/distribuição/realização e consumo das mercadorias, que, por sua vez, resulta no acúmulo de riqueza dos proprietários e, ao mesmo tempo, na pauperização (absoluta ou relativa) dos produtores dessa riqueza (os trabalhadores) (MARX, 1988a, 1988b).

O ponto decisivo para o acúmulo de riqueza é a extração de mais-valia daquilo que o trabalhador produziu. Essa condição se desdobra pelo fato de que a força de trabalho é o único elemento capaz de gerar valor no processo de trabalho (os meios de produção apenas transferem o seu valor – fruto de trabalho anterior – à mercadoria). Esse valor está em função do tempo de trabalho em média socialmente necessário para produzir cada mercadoria, inclusive para reproduzir física e mentalmente o trabalhador. Acontece que o trabalhador produz o equivalente ao seu valor (enquanto força de trabalho) numa parcela de tempo sempre menor que a sua jornada de trabalho (trabalho necessário), ao passo que, no restante da jornada, constitui-se o trabalho excedente ou o trabalho não pago. É o valor produzido no trabalho excedente que equivale à mais-valia, valor cristalizado nas mercadorias produzidas e que, uma vez vendidas no mercado, transformam-se no lucro do capitalista (MARX, 1988a).

A reprodução dos mecanismos de exploração e alienação pressupõe a constante reinvenção do capital, com especial atenção à perpetuação do controle da força de trabalho. Essas formas sofreram metamorfoses ao longo dos últimos dois séculos, marcando etapas que, embora heterogêneas em si mesmas, possuem traços predominantes. Aqui, apenas serão destacadas as formas mais sistematizadas, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, com o binômio taylorismo/fordismo e, a partir da crise estrutural do capital, a ascensão dos regimes de acumulação flexível (ALVES, 2007).

No caso do taylorismo/fordismo, onde ele se desenvolveu de forma mais explícita (em especial, nos Estados Unidos da América e nos países de capitalismo avançado na Europa),

assistiu-se à cisão radical entre o trabalhador e o conhecimento sobre o processo de trabalho (na sua totalidade). Tal cisão possibilitou criar processos de concepção, sob a responsabilidade dos gerentes, e processos fragmentados de execução. Aos trabalhadores cabe a execução de parcelas cada vez menores do processo de trabalho, o que demanda uma superespecialização naquilo que é particular, mas perdendo a perspectiva do todo (ALVES, 2007).

Do ponto de vista do controle, o taylorismo trouxe seu padrão rígido de monitoração dos tempos e movimentos, conjugados às inovações tecnológicas do fordismo e seus ideais de produção em série. Essa dinâmica se notabilizou pela expansão das taxas de lucros nas indústrias (com destaque para o ramo automobilístico), expandindo-se ao setor de serviços. Contudo, criou as condições para a sua obsolescência, pois a produção e o consumo em massa resultaram em crises de superprodução e superacumulação não mais mitigáveis pelo Estado e seus mecanismos de consumo via expansão das políticas sociais (LESSA, 2013).

Esse período crítico revelou-se como algo distinto das diversas crises cíclicas do capital – como uma nova fase, de cunho cronificado, extrapolando a esfera econômica, como uma crise em geral. Para Mészáros (2009), trata-se de uma crise estrutural do capital estabelecida desde meados dos anos 1970, uma vez que os mecanismos compensatórios de cada uma das dimensões do capitalismo (produção, circulação/distribuição/realização ou consumo) não são mais capazes de atenuar as idiosincrasias uma das outras. As taxas de lucros, então, não são mais recuperadas ao patamar dos trinta anos gloriosos pós-Segunda Guerra Mundial, o que exige respostas por parte do capital.

Essas respostas vêm sob a forma da (re)ascensão dos ideais liberais, numa nova roupagem (neoliberalismo), e ditam uma relação entre Estado e economia que favorece a livre circulação do capital, em especial o financeiro, em detrimento de políticas sociais consistentes, assim como um processo de reestruturação do mundo do trabalho. No que toca a essa questão, assistiu-se à emergência de modelos flexíveis de controle da força de trabalho pautados por uma nova maneira de lidar com a subjetividade operária. O capital sofisticou seus mecanismos de subsunção, pois constatou que o envolvimento da participação e da criatividade dos trabalhadores (a seu favor) aumentava a produtividade, dirimindo o ocaso gerado na crise (ALVES, 2007).

Em vez da superespecialização do trabalhador em procedimentos pontuais, passou-se a exigir (e a formar) trabalhadores polivalentes, com postura ativa ante a necessidade de resolver os problemas da produtividade das empresas. Ideologicamente, cada vez mais, introjetou-se na subjetividade operária a ideia de que ele não é mais trabalhador, mas colaborador, e, mais recentemente, empreendedor individual e autogestor do seu trabalho (ALVES, 2007).

Esse processo é multifacetado e requer a análise de cada caso particular. Em termos genéricos, reacende um debate que gira em torno de as ilusões sobre essas novas formas de trabalho guardarem elementos contra-alienadores em si mesmos, pois significariam a reconexão do trabalhador com o processo de trabalho. Porém, na verdade, elas significam formas mais complexas de capturar a subjetividade dos trabalhadores, fazendo-a ativa e criativa dentro dos limites determinados pelo capital, o que pressupõe continuar a gerar valor e, logo, mais-valia.

Consoante Tavares (2004), a partir da década de 1970 começam a surgir experiências à margem do formato tradicional de indústria e serviços, com a diluição do formato até então

hegemônico de contrato entre patrão e empregado. Aí se enquadra tanto a ideia do colaborador ou empreendedor individual, quanto a ideia de arranjos produtivos locais, cooperativas e associações que nascem sob a batuta do neoliberalismo.

Esse conjunto de experiências é embaralhado na falácia da modernização das leis trabalhistas, fomentando a quebra do que ficou conhecido como pleno emprego (onde ele existiu) ou intensificando as formas de precarização do trabalho (onde elas já se faziam relevantes). Por trás da ideia de reconexão entre trabalho intelectual e trabalho manual, estão os impulsos à produtividade e os retrocessos na proteção trabalhista, o que aumenta os ganhos indiretos do capital.

Entende-se a precarização do trabalho conforme Alves (2007), no sentido de reconhecê-la como processo estrutural do capitalismo, que é hipertrofiado e assume papel decisivo na dinâmica de acumulação flexível. Ela se manifesta como forma histórica de reposição política do caráter exploratório e alienante do trabalho no capitalismo, contra as conquistas de direitos efetivadas no bojo das lutas de classes. A ruptura dessas conquistas, emuladas na falácia do empreendedorismo ou na apropriação indevida do termo autogestão por parte do capital, é um mecanismo ideológico eficiente, que distancia a classe trabalhadora do horizonte revolucionário e, portanto, da sua condição de classe para-si.

Sobre a autogestão, o debate precisa ser mais cauteloso e menos entusiástico, pois a sagacidade ideológica do capital causa confusões no seio do próprio movimento revolucionário ao se apropriar desse termo. Sabe-se que a autogestão é elemento-chave para entender a dialética do trabalho para além dos desígnios do capital, o que pressupõe romper com o controle sociometabólico exercido por ele.

A superação do trabalho alienado pressupõe o fim da propriedade privada dos meios de produção e, com isso, a construção do trabalho associado, numa sociedade efetivamente emancipada da exploração/dominação do homem pelo homem. O trabalho associado, conforme o entendimento marxiano, é aquele que é autodeterminado pelos seres humanos, de forma livre e consciente, para atender às reais necessidades humanas de acordo com as capacidades dos membros partícipes do processo (MARX, 1988b; MÉSZÁROS, 2009).

Dessa premissa, a autogestão passa a ser evocada pelo movimento revolucionário como caminho para a classe trabalhadora romper o controle do capital sobre o trabalho, rumo à construção do trabalho associado. Algumas experiências eclodiram após processos revolucionários, com grande importância histórica, sobretudo no século XIX, a exemplo dos Pioneiros de Rochdale ou da produção de tabaco, ambos na Inglaterra (SINGER, 2002; PANIAGO, 2020).

Outras experiências conseguiram coadunar avanços econômicos e políticos, a exemplo das mais bem-sucedidas delas (embora, por tempo limitado): a Comuna de Paris em 1871 e os conselhos operários (soviets), já no século XX, no bojo da Revolução Russa de 1917. No século XX, algumas iniciativas também se pautaram pela premissa de os trabalhadores auto-organizarem a produção, como o caso dos anarquistas coletivistas na Revolução de 1930, na Espanha, ou as experiências do emblemático ano de 1968, na França (PANIAGO, 2020).

Ainda que essas experiências tenham limites no que diz respeito à ruptura com a totalidade do modo de produção capitalista (que escapam ao objetivo desta pesquisa), elas representam

avanços importantes no movimento revolucionário. Todas elas estão articuladas a processos revolucionários, alguns com projeção para além das fronteiras nacionais, como no caso da experiência soviética. Porém, esse caráter vai sendo absorvido pelas mais diferentes perspectivas, ao passo que surgem distintas formas de entender e exercer a autogestão, algumas delas fortemente implicadas pela dinâmica capitalista.

Uma das áreas que tomam para si a autogestão como elemento estruturante do seu saber-fazer é a economia solidária, ao induzir formas de autogestão em processos produtivos diversos, no interior do capitalismo. Essa perspectiva é debatida por Singer (2002), que defende, em linhas bem gerais, que as propostas de cooperativas e associações de trabalhadores são implantes do socialismo, mesmo na vigência do capitalismo. Para o autor, trata-se de um processo paulatino de construção das vias para a superação do capitalismo.

Essa perspectiva flerta com o marxismo, mas nem sempre anda com ele. A diferença fica explícita, sobretudo, na avaliação que a economia solidária faz em relação às experiências mais recentes, como a pós-reestruturação produtiva. Ainda que os pensadores dessa vertente enxerguem diferenças em face das experiências anteriores, ligadas a processos revolucionários, eles entendem que há um renascimento da autogestão na última quadra histórica, no sentido da implantação de empreendimentos coletivos que tencionam romper com o modo de produção capitalista, numa espécie de resposta às exclusões provocadas pelo neoliberalismo (SINGER, 2002).

Ao contrário disso, para algumas vertentes marxistas (TAVARES, 2004; PANIAGO, 2020), essas experiências se distanciam do caráter revolucionário das experiências de outrora, sendo muito mais um resultado da busca pela sobrevivência de segmentos pauperizados da classe trabalhadora, imersos no desemprego estrutural, ora falsamente equalizado pela precarização do trabalho. Não à toa, o capital financeiro cria linhas de crédito e estimula esses empreendimentos, uma vez que o favorecem duplamente, pois o grande capital consegue abster-se dos processos produtivos menos lucrativos, mas permanece controlando e ganhando indiretamente com eles e, além disso, não precisa assumir obrigações trabalhistas.

Concorda-se com Tavares (2004), uma vez que essas experiências não podem ser consideradas independentes em relação ao capitalismo, tampouco modos de produção alternativos. Ao contrário disso, são absorvíveis pela reprodução ampliada do capital, já que acabam por ser determinadas pelo conjunto produção, circulação/distribuição/realização e consumo. Quando atuam numa dessas esferas, sempre precisam recorrer às regras do jogo capitalista nas outras, marcando sua dependência diante do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2009).

Mészáros (2009) é enfático ao revelar que um dos defeitos estruturais do capital está na contradição entre produção e controle. Embora o capital consiga avançar no controle sobre o trabalho em nível de microcosmo, ele perde qualquer controle no âmbito macro. O que é produzido, como é consumido ou distribuído etc. está determinado por movimentos que extrapolam o microcosmo das empresas particulares ou da vontade do capitalista individual, pois o sistema se constitui no seu processo ampliado de produção e reprodução. O fato de essas relações estarem metamorfoseadas no âmbito micro, sem a participação direta do capitalista na organização do trabalho, não elimina o fato de o controle, em nível geral, continuar a ser exercido pelo capital, através do seu sociometabolismo.

Não se pode ignorar que o trabalho é sempre dialético e, por isso, podem-se gestar formas de resistência e interação coletiva dos trabalhadores na construção da consciência de classe, mesmo na via mais convencional, quando a relação se dá entre patrão e empregado. Nas cooperativas e associações atuais, podem existir avanços nesse quesito e, sobretudo, no enfrentamento das questões da sobrevivência cotidiana. Porém, reconhecer essa importância não implica uma correlação direta à ruptura com o sociometabolismo do capital ou neles enxergar protótipos de socialismo.

Até que ponto as experiências atuais se aproximam dos processos revolucionários mais antigos ou, contrariamente, identificam-se com as respostas do próprio capital à sua crise, é uma questão a ser investigada em cada caso particular, mas sem se descolar da universalidade. Nessa perspectiva, apresenta-se a seguir uma investigação de campo, a fim de contribuir com o debate.

### **O caso da Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Arapiraca (Ascara)**

Nesta etapa da pesquisa, trazem-se alguns dados obtidos por meio de um conjunto de atividades que têm sido desenvolvidas por nosso grupo de pesquisa<sup>1</sup>, a saber: dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs)<sup>2</sup> e um Projeto de Extensão – realizados entre 2016 e 2019 – que ocorreram junto à Associação de Resíduos Sólidos de Arapiraca (Ascara). Envolve, portanto, a triangulação de três fases/atividades.

As duas primeiras atividades foram realizadas a partir dos TCCs, com abordagens qualitativas independentes entre elas (e alguns resultados não discutidos aqui) (SOUZA; VERA CRUZ, 2019; SOUZA; SANTOS, 2020), mas pensadas para terem uma interface. As duas atividades ocorreram articuladamente entre 2016 e 2017, a fim de permitir o aprofundamento sobre o trabalho, a saúde e as condições de vida dos catadores da Ascara.

A primeira se deu a partir de uma pesquisa com entrevista semiestruturada realizada individualmente; a outra, por meio de um grupo focal. Nos dois casos, houve espaço para caracterizar o perfil dos participantes e, sobretudo, apresentaram-se questões que visavam investigar o processo de trabalho particular dos catadores (jornada, etapas, ambiente, instrumentos, dificuldades etc.).

Entre 2018 e 2019, continuou-se a acompanhar o grupo de catadores associados através de um projeto de extensão cujo relato de experiência permitiu aprofundar e conferir consistência às constatações anteriores. As ações ocorreram em duas frentes: 1) ações de apoio que visaram, através de coleta seletiva, direcionar resíduos sólidos recicláveis à Associação; 2) discussão de questões referentes ao trabalho, saúde e meio ambiente com os catadores, ampliada, inclusive, para outros tipos de resíduos – líquidos, por exemplo. Essa experiência de extensão constituiu uma fase complementar/acessória das pesquisas e será, aqui, brevemente abordada.

A Ascara existe desde 2010, formada por moradores da comunidade Mangabeiras, município de Arapiraca, estado de Alagoas, Brasil, onde se situava o lixão da cidade. Antes da Associação,

---

<sup>1</sup> Trata-se do Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem (GETSSE), vinculado à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) – *Campus* Arapiraca e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde 2014.

<sup>2</sup> Esses trabalhos já geraram, cada um, um artigo contendo mais resultados dessas pesquisas. Conferir Souza e Vera Cruz (2019) e Souza e Santos (2020).

os catadores atuavam no lixão, catando qualquer tipo de resíduo (SOUZA; VERA CRUZ, 2019; SOUZA; SANTOS, 2020). São 23 associados, mas com oscilação no número de membros ativos ao longo do tempo: quando da realização da entrevista semiestruturada, havia 11 (onze) associados ativos; quando do grupo focal e do projeto de extensão, havia 14 (catorze) ativos.

Considerando os que aceitaram<sup>3</sup> participar da pesquisa, houve sete sujeitos na pesquisa realizada com a entrevista semiestruturada, 12 no grupo focal e 14 no projeto de extensão. Nas entrevistas individuais, os sujeitos são citados usando-se um código que varia entre E1 e E7. Já as falas do grupo focal representam o tom coletivo do debate e são destacadas, neste artigo, com o código GF. Em ambos os casos, os erros ortográficos e gramaticais das falas são mantidos e seguidos do termo [sic].

Recuperando um breve perfil dos associados da Ascara, destaca-se a predominância de mulheres, com idade entre vinte e sessenta anos, baixa escolaridade (nenhum catador concluiu o ensino médio) e residentes na comunidade Mangabeiras, onde funcionava o antigo lixão de Arapiraca.

O primeiro ponto a ser analisado consiste nas razões que levaram os entrevistados a exercer a catação. Eis o que dizem:

E4: Porque não tem outro trabalho!

E5: Pra [sic] sobreviver, tem que trabalhar pá [sic] sobreviver, aí a atividade é essa.

E7: Puquê [sic] não [tem] ôto [sic] serviço [sic].

GF: [...] se for se entregar, ficar em casa e só. Tem que trabaia [sic] mermo [sic], não tem que escolher trabaio [sic] não, trabaio [sic] tem que ser qualquer um, não tem trabaio [sic] certo.

Constata-se que as justificativas se centram nas questões da sobrevivência e da falta de opção de trabalho. Considerando que as condições de reprodução social, no capitalismo, ficam consignadas à compra e venda de mercadorias, aos trabalhadores (não possuidores dos meios de produção) resta a opção de vender a sua força de trabalho (MARX, 1988a). No caso do lumpemproletariado, trata-se daquela camada de trabalhadores que perdeu a capacidade de valorizar sua força de trabalho (MARX, 1988b; SOUZA; SANTOS, 2020) e que, impelidos pelo desemprego estrutural, submetem-se às atividades tidas como de menor prestígio ou, até mesmo, indignas de ser realizadas pelo cidadão médio do capitalismo.

Outros estudos têm apontado a relação entre o desemprego e a inserção dos indivíduos no universo da catação de resíduos, a exemplo de Medeiros e Macêdo (2006). Os autores também questionam se a atividade consegue ampliar as condições de vida desses trabalhadores para além da mera questão da sobrevivência. Em relação à Ascara, esse panorama se repete: ao passo que a maior renda familiar constatada entre os catadores foi de R\$ 400,00, em alguns casos ela não passou de R\$ 150,00 (SOUZA; SANTOS, 2020).

Para Bosi (2008; 2018), a história dos catadores é uma história de trabalho informal, à margem das políticas públicas e da burocracia estatal. Há alguns avanços com as associações, no sentido de maior visibilidade ou coletivização de reivindicações quando se compara à catação exercida individualmente. No bojo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ganhos

---

<sup>3</sup> Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Pareceres nº 62266016.1.0000.5013 e nº 62503416.7.00005013.

ambientais e para os catadores são percebidos, como o fim dos lixões, o incentivo à coleta seletiva e o fomento à implantação de cooperativas e associações. No entanto, os avanços são limitados às adaptações ao modo de produção vigente, sem questionar ou enfrentar as raízes mais profundas da questão do lixo ou do pauperismo.

O fato de as associações formalizarem algum vínculo, seja com empresas, seja com entidades públicas que as contratam para coletar o material que descartam, não elimina o caráter precarizado da atividade. Conforme Alves (2007), a precarização do trabalho vai além da informalidade, perpetuando-se em relações juridicamente formais, porque consiste em padrão de reposição do antagonismo entre capital e trabalho, que se metamorfoseia na esfera jurídico-legal. Isso porque desde meados da década de 1970, a reestruturação produtiva tem tornado as relações trabalhistas cada vez mais jurídica e economicamente flexíveis, revestidas pela falácia do empreendedorismo. Essa dinâmica modifica a relação tradicional entre patrões e empregados, embora perpetue o controle do capital em relação a esse conjunto de “microempreendedores”, cooperativas, associações e congêneres.

O processo de trabalho da catação na Ascara está permeado pelas incertezas cotidianas da flexibilização. Isso se expressa num processo de trabalho pouco sistematizado, à mercê das demandas mutantes do mercado. No caso aqui em questão, o processo se dá nas ruas, com catação de materiais diversos, para, depois, serem separados e prensados na sede da associação (SOUZA; SANTOS, 2020; SOUZA; VERA CRUZ, 2019). A demanda e as jornadas oscilam muito, com a incerteza sobre o rendimento mensal constituindo uma relevante carga psíquica de adoecimento. Em geral, a associação estabelece parcerias (a maioria, informais ou temporárias) para coletar material de lojas, supermercados ou empresas do centro da cidade, mas também se voltam à catação livre daquilo que encontram nas ruas (SOUZA; SANTOS, 2020).

As duas falas a seguir se consubstanciam nessa dinâmica e revelam a necessidade de cada catador *fazer tudo* na associação, assim como a busca pela ampliação do ganho ao final do processo, expressa no *pegar tudo*:

E6: A gente só separa o material, imprensa o papelão e infarda [sic]; eles e faz a limpeza geral daqui.

E7: Nós [sic] separa o material reciclado, papelã [sic], os plástico [sic], infardar [sic] tudinho. Agente faiz [sic] a limpeza, cata na rua, na rua também.

E5: Tudo, eu pego tudo.

E7: É tudo, é o papelão, é a latinha, é o material grosso, as garrafa [sic] PET. Tudo, pega tudo.

O *fazer tudo* ou *pegar tudo* implica uma inserção dos catadores em todas as etapas do processo: catar nas ruas, separar nas mesas e balcões da associação, montar e prensar os fardos e, finalmente, separá-los para venda. Aqui, portanto, constata-se a ausência de uma divisão do trabalho especializada, com os trabalhadores participando de todo o processo. Ainda que essa dinâmica possa ser compreendida (por perspectivas que avaliam o trabalho de forma endógena) como uma reconexão do trabalhador com a totalidade, ela representa, efetivamente, uma exigência da reestruturação produtiva em contrapartida à superespecialização típica do binômio taylorismo/fordismo. Cabe a ressalva de que, no caso ora investigado, isso se dá de forma pouco organizada (o que é um agravante), sem a

sofisticação dos processos de gestão das empresas flexíveis de ponta, no capitalismo avançado ou nos setores produtivos mais consolidados.

Trata-se de uma dinâmica flexível, que, de algum modo, sofre a influência das ideias de polivalência, trabalho em *teams* e organização horizontal. São características gerais do regime de acumulação flexível que encontraram no cooperativismo/associativismo um hábitat fecundo, mistificando a precarização sob a forma de organização coletiva (TAVARES, 2004).

Ao longo do projeto de extensão, observa-se a fragilidade da suposta organização coletiva, ancorada, sobretudo, nos reflexos do baixo rendimento ao final do processo. Tal condição determinou que a maioria dos catadores acumulasse outras atividades (que não a catação), até mesmo deixando de comparecer por alguns dias na associação. Outro agravante é que a Ascara tem a prefeitura da cidade como a principal parceira para compra e fornecimento de insumos, a exemplo do carro para o transporte dos fardos, o que a deixa suscetível às instabilidades e mudanças de gestão municipal. Os baixos valores pagos pelo material que coletam, a presença de atravessadores e a falta de manutenção e combustível no carro foram os problemas mais recorrentes detectados durante o projeto de extensão.

Arantes e Borges (2013) já haviam observado que o trabalho da catação, mesmo de forma associada, se dá sob condições precárias e parcerias revestidas de preconceitos e estigmas. Muitas vezes, os atravessadores se aproveitam da vulnerabilidade das associações, e os valores pagos por quilo dos fardos é irrisório. A suposta autonomia prometida por um trabalho *sem patrões* se mostra limitada em face da dependência de uma série de agentes externos que forjam seu poder na totalidade da produção, circulação/distribuição/realização e consumo.

Não obstante, dialeticamente, podem-se destacar algumas boas potencialidades, porquanto a associação ao menos aumenta as chances de criação de alguma identidade coletiva e o compartilhamento de vivências comuns. Mas a mera vontade coletiva de mudança por parte desses grupos se mostra distante de produzir efeitos contra as raízes estruturais do processo, limitando os trabalhadores à condição de sobreviver a cada dia.

Ao longo do projeto também foi possível constatar que os associados buscaram diversificar a produção, a fim de obter maior autonomia ante os atravessadores, com possibilidades de lucros maiores. Por exemplo, iniciaram a produção de vassouras a partir de garrafas PET, logo desativada devido à ausência da máquina utilizada para a fixação das cerdas da vassoura.

Disso se desdobrou a proposta de uma das nossas ações de extensão, com vistas à ampliação da atuação da Associação para o manejo de resíduos líquidos, com a produção de sabão a partir da reutilização de óleo de cozinha. Proporcionou-se a captação do óleo, a disponibilização dos meios necessários (inclusive equipamento de proteção) e a sistematização de todo o processo, com o acompanhamento especializado. Os sabões produzidos têm sido comercializados na Universidade e em outras localidades da cidade, mas com limitações ainda relacionadas aos velhos problemas, a exemplo do carro utilizado pela Associação, do acúmulo de tarefas, da dependência de agentes externos e da concorrência desigual no mercado.

A falta de instrumentos de trabalho e a inexistência de lucro que permita o reinvestimento em meios de produção caracterizam a fragilidade desse tipo de empreendimento e constituem um obstáculo significativo. Além da ausência ou da quebra de algumas máquinas de

processamento, falta instrumental adequado até mesmo para a catação nas ruas, conforme os relatos abaixo:

E1: O nosso instrumento de trabalho pá [sic] coleta de trabalho é só carrinho de mão.

E4: As mãos, tem instrumento nenhum.

GF: Rapaz, o instrumento nosso é só o braço. De ferramenta só tem o rolo, o rastelo que digo.

GF: Usaria, não uso porque é o nosso dever e é uma potreção [sic] para nossa saúde. É ter um calçado mais delicado, você vai usar uma roupa, mas é que não tá [sic] no sol ali levando a queimadura queimando sua pele. Você vai usar uma, uma luva que evita muito você pegar na, você vai pegar numa coisa aí, você não presta.

A falta de instrumentos de trabalho aumenta a dificuldade de produção, o estímulo ao imprevisto e a exposição a riscos e situações de acidentes. Muitos catadores utilizam diretamente as mãos, embora alguns tenham carrinho ou rastelo. Essa situação configura-se como carga mecânica (de acidente) para a saúde, com grande chance, também, de exposição a perfurocortantes, insetos e matéria orgânica contaminada biológica ou quimicamente (SOUZA; SANTOS, 2020).

Apesar do trabalho importante que realizam para a questão ambiental, os catadores continuam à margem da sociedade, sendo via de transformação do lixo em mercadoria, fomentando uma nova indústria que lucra com o seu trabalho, explorando-os, em vias ainda mais sofisticadas de alienação (GALON, 2015; SOUZA; VERA CRUZ, 2019). Por conta disso, essa forma de trabalho se afasta daquilo que se considera trabalho associado nas discussões marxianas. Este, por sua vez, pressupõe a emancipação da classe trabalhadora em relação aos ditames do mercado, logo, do capital. Pressupõe, portanto, não só a dissolução da relação tradicional entre patrões e empregados, mas a superação das relações mercantis que, por diversas mediações, determinam que o grande capital se nutra de iniciativas produtivas flexibilizadas.

Cria-se a sensação de que essas experiências desenvolvem relações com certa autonomia, mas permanecem sob os ditames do capital e, por conta disso, continuam a ser uma via de materialização da precarização do trabalho forjada como alternativa ao desemprego.

A possibilidade da construção de uma identidade coletiva ou os mecanismos de inclusão no mercado de trabalho propostos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos constituem um horizonte legítimo, mas insuficiente. Persegui-lo como sendo o único horizonte possível significa curvar-se à dinâmica desigual desta sociedade, que impele seres humanos a viver daquilo que ninguém mais quer e a realizar as tarefas que deveriam ser de responsabilidade coletiva (cuidar do lixo), mas que o cidadão burguês não se dispõe a fazer.

### **Considerações finais**

A atividade de catação, quando realizada através de associações, embora possa trazer avanços importantes na temporalidade imediata (sobretudo quando se trata de organização coletiva/política para a sobrevivência), ainda possui limites no sentido de alterar estruturalmente a condição social dos catadores, o que pôde ser percebido neste estudo. A experiência da Ascara, em particular, tem fragilidades até mesmo quando o parâmetro é o horizonte possível no interior da lógica do associativismo hegemônico atualmente, pois carece

de maior organização coletiva na produção e de tecnologia mais robusta, o que contribui para a maior deterioração dos rendimentos e das condições de trabalho.

Nota-se a presença de vários elementos típicos do capitalismo contemporâneo, a exemplo da precarização do trabalho e de outros elementos da acumulação flexível, que chegam ao universo da catação e compõem um prolixo mosaico, pois se misturam aos elementos rudimentares de organização do trabalho (típicos do capitalismo dependente) e agravam a situação.

Tal condição se expressa em péssimas condições de reprodução social e saúde, o que retroalimenta uma vida restrita à busca pela sobrevivência, a encontrar uma “saída” na execução de atividades rejeitadas pelo conjunto da sociedade e sua cultura de competitividade, na busca pela acumulação de riqueza, *status* e poder. As possibilidades pautadas pelas estratégias políticas atuais, ainda que tenham importância na temporalidade imediata, não abalam suficientemente as bases estruturais da problemática da catação de resíduos sólidos.

## Referências

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ARANTES B. O.; BORGES L. O. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 65, n. 3, p. 319-337, 2013.

BRASIL. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília (DF), 2020.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal” O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

BOSI, A. P. **História dos catadores no Brasil**. São Paulo: Editora Verona, 2018.

DAGNINO, R.S.; JOHANSEN, I. C. Os catadores no Brasil: características sociodemográficas e econômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do Censo Demográfico de 2010. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasília (DF): IPEA, 2017.

GALON, T. **Do lixo à mercadoria, do trabalho ao desgaste: estudo do processo de trabalho e suas implicações na saúde dos catadores de materiais recicláveis**. Tese (Doutorado em Ciências)-Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

LESSA, S. **Capital e Estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1988a.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1988b.

MEDEIROS, L. F. Z.; MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PANIAGO, C. Autogestão e controle operário: uma análise histórica crítica. **Revista Katálasis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 338-347, 2020.

PINHEL, J. R. **Do lixo à cidadania**: guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Editora Peirópolis, 2013.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, D. O.; VERA CRUZ, I. L. V. Trabalho e saúde na perspectiva de um grupo de catadores. **Diálogos Interdisciplinares**, Mogi das Cruzes, v. 8, n. 7, p. 108-122, 2019.

SOUZA, D. O.; SANTOS, L. B. Nexo biopsíquico humano no contexto dos catadores de lixo de uma associação do município de Arapiraca/AL. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

**Diego de Oliveira SOUZA** Trabalhou na concepção e delineamento; análise e interpretação dos dados; redação do artigo; revisão crítica; e aprovação da versão a ser publicada.

Graduado em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), campus A. C. Simões, especialista em Saúde do Trabalhador pela Fatec Internacional, mestre em Serviço Social pela Ufal, doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Professor da Ufal, lecionando as disciplinas da área de Saúde Coletiva na graduação de Enfermagem do campus Arapiraca, além de compor o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) no campus A. C. Simões e do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação de Professores (PPGEFOP) no campus Arapiraca. Líder 2 do Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem (Getsse) da Ufal/CNPq. Tem artigos e livros publicados sobre a interface trabalho e saúde.

**Ingrid Louise Vieira VERA CRUZ** Trabalhou na análise e interpretação dos dados; e aprovação da versão a ser publicada.

Graduada em Enfermagem pela Ufal, campus Arapiraca, especialista em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Professora do Escola Grau Técnico, atuando na formação de técnicos de Enfermagem. Membro do Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem (Getsse) da Ufal/CNPq.

**Lucas Barros dos SANTOS** Trabalhou na análise e interpretação dos dados; e aprovação da versão a ser publicada.

Graduado em Enfermagem pela Ufal, campus Arapiraca. Atua como enfermeiro na Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Ipanema. Membro do Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem (Getsse) da Ufal/CNPq.

---